

Cooperativa Nosso Fruto e economia solidária: aprendizados e desafios

Cooperativa Nosso Fruto and solidarity economy: Learnings and challenges

Dimas de Oliveira Estevam¹

doe@unesc.net

Rafaela Brembati¹

rafabrembati@hotmail.com

Joelcy José Sá Lanzarini¹

joelcy@unesc.net

Giovana Ilka Jacinto Salvaro¹

giovanailka@gmail.com

Resumo. O presente artigo tem como objetivo estudar a relação entre os pressupostos da economia solidária e seus aprendizados, mais especificamente o caso da Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma/SC - Brasil. A Nosso Fruto se caracteriza por ser uma cooperativa descentralizada, que representa um novo modelo de organização, diferente do modelo tradicional de cooperativa, principalmente pelo fato de que para a sua constituição não ser necessário espaço físico e grande investimento em capital, pois seus membros utilizam as próprias propriedades para produzir, cabendo à cooperativa a função de organizar e formalizar coletivamente a produção e a comercialização dos/as cooperados/as. O objetivo do artigo foi estudar se os/as associados/as da Nosso Fruto praticam os pressupostos da economia solidária. A metodologia utilizada na pesquisa foi bibliográfica e de campo, com abordagem qualitativa. Para atingir os objetivos, foram entrevistados 20 dos/as 81 associados/as da Cooperativa Nosso Fruto. Pode-se constatar que este modelo de cooperativa promove o desenvolvimento socioeconômico dos/as agricultores/as familiares, proporcionando melhora na qualidade de vida e possibilitando que continuem no meio rural. Verificou-se que, mesmo sem conhecer formalmente os pressupostos da economia solidária, estes são praticados entre os/as cooperados/as.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, cooperativas descentralizadas.

Abstract. This article aims to study the relationship between the assumptions of solidarity economy and its understanding, focusing on the case of the Cooperativa Nosso Fruto of Criciúma, SC, Brazil. Nosso Fruto is characterized by the fact of being a decentralized cooperative that represents a new organizational model. It stands in contrast to a traditional cooperative model, mainly because its formation does not need a physical space or a large investment in capital, since its members use their own properties to produce, while assigning the cooperative the task of organizing and collectively formalizing the production and marketing for the members. The paper studies whether the members of Nosso Fruto practice the assumptions of solidarity economy. The methodology used in the research project involved literature and fieldwork with a qualitative approach. To reach the objectives, 20 of the 81 members of the Nosso Fruto cooperative were interviewed. The results show that this cooperative model promotes the socioeconomic development of the family farmers, providing a better quality of life and allowing them to continue living in rural areas. It can be seen that even without understanding formally the assumptions of solidarity economy, these assumptions have been practiced among the members.

Keywords: solidarity economy, cooperative, decentralized cooperatives.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense. Av. Universitária, 168, Bairro Universitário, 88804-750, Criciúma, SC, Brasil.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas em parcerias, envolvendo o PAES/Unesc (Programa de Apoio à Economia Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense) e o GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo), vinculados ao PPGDS (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico). Especificamente, na Região Sul, onde a pesquisa foi realizada, estudou-se em que medida os/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto praticam os pressupostos da economia solidária e como isso impacta suas vidas.

A economia solidária, na perspectiva de Singer e Souza (2003), refere-se ao modo de organizar as atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito, almejando contemplar a igualdade de direitos entre os que se engajam nestas atividades. Os Empreendimentos Solidários (EES), para Singer (2002), são autogestionários, o que significa dizer que as decisões são tomadas por todos os membros ou pessoas eleitas que os representam; portanto, a economia solidária é essencialmente associativa, e todos os/as sócios/as participam do processo de decisão, sendo incompatíveis as relações assimétricas, como ocorrem nas relações entre patrões e empregados.

Neste sentido, a presente pesquisa visa refletir sobre a configuração da economia solidária, tendo como base fundamentações teóricas de autores distintos (Arroyo e Schuch, 2006; Gaiger, 2004, 2008; Lisboa, 2005; Singer e Souza, 2003; Singer, 2002; entre outros/as), enfatizando o contexto histórico. Tendo como pressuposto que a economia solidária é fomentadora de outra economia, mais justa e fraterna, organizada coletivamente, através de EES, esta pesquisa busca compreender como esta forma de economia que nasce com a premissa da autogestão, da cooperação, da autonomia econômica e que surge a partir do reconhecimento das imperfeições do mercado capitalista acontece numa cooperativa de agricultores/as familiares e como impacta suas vidas.

Na região em estudo (Sul do Estado de Santa Catarina, Brasil), os/as agricultores/as familiares comercializavam sua produção em feiras locais e no comércio em geral; com o tempo tiveram que abandonar suas atividades devido à informalidade, pois quando tentavam comercializar a produção, ela era apreendida

pelos órgãos fiscalizadores, tendo eles/as que responder criminalmente por tais atos “ilegais”. Entre outras questões, no final dos anos de 1990, as feiras na região foram extintas.

Neste contexto, os/as agricultores/as familiares tinham poucas saídas; ou se tornavam empregados/as das agroindústrias ou abandonavam suas atividades e migravam para as cidades. A legislação fiscal e sanitária era e é desfavorável à pequena produção agropecuária. Alguns/mas agricultores/as tentaram sair da informalidade individualmente, mas os custos operacionais com a formalização inviabilizavam qualquer tentativa (Estevam *et al.*, 2012).

O desafio era como sair da informalidade, produzindo em pequena escala produtos diversificados? E produzir coletivamente, em propriedades e comunidades rurais distantes umas das outras? Diante desta situação, pensar numa cooperativa nos moldes tradicionais estava fora de propósito, por não se adaptar a esta diversidade e variedade (Estevam *et al.*, 2012).

A forma encontrada foi a organização em “cooperativas descentralizadas”. Essas cooperativas se diferenciam das tradicionais por não terem a necessidade de investimento em patrimônio. O/a cooperado/a formaliza o seu empreendimento junto à cooperativa, através de uma cessão em comodato (contrato) do empreendimento individual à cooperativa. Desta maneira, a cooperativa funciona como se fosse um “guarda-chuva protetor”, ou seja, um abrigo jurídico, um meio de produzir e vender os produtos formalmente através da cooperação (Estevam e Mior, 2014).

A primeira cooperativa descentralizada na região Sul catarinense foi a Coofanove (Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza), criada no ano de 2004. Ela foi fundada na região por um grupo de agricultores familiares (ex-feirantes) do município de Nova Veneza/SC, contando com o apoio da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal (Estevam *et al.*, 2011).

Desta iniciativa, outras foram surgindo nos municípios vizinhos; atualmente, já são mais de 30 cooperativas descentralizadas na região sul catarinense, embora nem todas sigam os princípios da economia solidária, a saber, cooperação e autogestão. A Cooperativa Nosso Fruto foi criada no dia 09 de setembro de 2004, com sede administrativa no bairro São Luis, município de Criciúma/SC. A sua área

de abrangência, para efeito de admissão de associados/as, é o sul catarinense, mas a maioria dos/as cooperados/as se concentra no município sede (Estatuto, 2004).

Diante disto, o objetivo do artigo foi estudar se os/as associados/as da Cooperativa Nosso Fruto praticam os pressupostos da economia solidária, em que medida o fazem e como isso impacta suas vidas. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi o bibliográfico e descritivo, com abordagem qualitativa, através da coleta de informações primárias por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas. O universo desta pesquisa foi formado pelos/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto, em que foram entrevistados/as 20 dos/as 81 cooperados/as. Para a escolha dos/as entrevistados/as, os critérios foram os seguintes: com 19 não se conseguiu contato, 28 estavam sem tempo para responder o questionário, 2 estavam viajando, 12 não foram procurados por residirem em outros municípios e 20 se disponibilizaram a participar da pesquisa. Foi, portanto, uma amostra por conveniência.

O presente artigo está estruturado em três partes, iniciando pela introdução, seguida pela discussão sobre economia solidária e cooperativismo, e na sequência temos a apresentação e a análise dos dados e, por fim, a conclusão.

A trajetória e pressupostos da economia solidária

A economia solidária surgiu na Europa no século XIX, com o movimento sindicalista, impulsionado por socialistas que buscavam melhores condições de vida, como alternativa aos problemas sociais gerados pela revolução industrial. Foi uma reação dos trabalhadores ao assombroso empobrecimento decorrente da difusão de máquinas e da organização fabril da produção. Nesta época, já se percebia que a exploração nas fábricas não tinha limites legais, o que ameaçava a reprodução biológica do proletariado (Singer, 2002).

Neste período, na Inglaterra, industriais mais esclarecidos começaram a pressionar os governantes para a criação de leis protetoras para os trabalhadores. Este foi o caso de Robert Owen, reformista social inglês, considerado um dos fundadores do socialismo utópico e do cooperativismo. Foi um dos mais importantes socialistas utópicos; no entanto, suas ideias não foram bem aceitas, e ele, desiludido com o governo inglês, partiu para os EUA com a in-

tenção de implantar aldeias cooperativas. No estado americano de Indiana, foi fundada a primeira aldeia cooperativa experimental de que se tem registro. A experiência não foi bem-sucedida, mas serviu de inspiração para a criação de 18 comunidades semelhantes (Singer, 2002).

Inspirados nos ideais cooperativistas de Owen, alguns de seus seguidores criaram sociedades cooperativas por várias partes do mundo, sendo que a maioria delas provinha de sindicatos. A concepção cooperativista de Owen estava relacionada com a luta de classes, e o owenismo foi assumido, posteriormente, pelo cooperativismo. Ou seja, Robert Owen foi o primeiro a organizar o cooperativismo, enfrentou derrotas e fracassos, mas, mesmo assim, continuou divulgando essa filosofia como forma de reduzir a pobreza no mundo (Motta *et al.*, 1987).

Esta foi a origem histórica da economia solidária; segundo Singer (2002), em seu momento inicial surge através do “cooperativismo revolucionário”. Estes são os laços que unem a economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Desta forma, não se pode negar que o cooperativismo recebeu a inspiração fundamental, “a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro” (Singer, 2002, p. 38).

Construir esta outra economia depende da disposição de aprender e experimentar, da adesão aos princípios de solidariedade, igualdade e democracia, e depende também da disposição das pessoas em seguir estes princípios (Singer, 2002). O diferencial na economia solidária, para Lisboa (2005), está na ideia da solidariedade no centro da atividade econômica. O termo solidariedade não pode se resumir somente a um mero adjetivo; trata-se do foco central, da lógica econômica praticada. Conforme Singer (2002), a economia solidária foi idealizada para ser uma alternativa superior ao capitalismo, criada para que as pessoas que a abracem, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, tenham uma vida melhor.

Cabe ressaltar, ainda, sobre o conceito de solidariedade, o que Laville (2009, p. 310) apresenta, ou seja, dois projetos distintos dentro do campo solidário: a chamada “solidariedade filantrópica”, que remete “à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns com os outros voluntariamente”. Neste conceito, a solidariedade centra-se na “questão

da urgência” e na preservação da paz social, que tem por objetivo o alívio dos pobres e sua moralização por meio do emprego de ações paliativas, perpetuando as desigualdades. A segunda maneira descrita por Laville é a versão da “solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas”, que se baseia na “ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangenciando, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social”. Este projeto se empenha em consolidar a democracia política através da democracia econômica e social.

Em relação à autogestão, segundo Singer (2002), o tema não deve ser tratado, apenas, como uma modalidade técnica de organização e administração, mas tem que ser um conjunto de práticas e saberes orientadores dos princípios e valores (solidariedade, igualdade, cooperação, autonomia, participação, democracia, viabilidade econômica, responsabilidade social, etc.), que devem ser realizados no conjunto das relações sociais e, deste modo, constituir-se num processo de emancipação coletiva. Gaiger (2008) complementa esse conceito ao afirmar que os EESs devem se caracterizar pelos princípios da equidade e participação, que procuram colocá-los em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática.

Finalmente, a economia solidária, conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2015), representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular; a economia solidária é um instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Desta maneira, destaca-se que a economia solidária é uma prática regida por valores diferenciados da economia capitalista, onde a autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano sustentam a proposta de um projeto de desenvolvimento local, sustentável, global e coletivo (Souza e Sanches, 2015).

No Brasil, a economia solidária deu grande salto qualitativo a partir da criação da SE-

NAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no início do governo Lula. A economia solidária cresceu e se expandiu através de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de economia solidária, entre outras (Brasil, 2012).

Contudo, antes de abordar a pesquisa propriamente, é necessária uma apresentação, ainda que breve, sobre as diferenças entre cooperativas tradicionais e cooperativas descentralizadas em Santa Catarina e a sua relação com a economia solidária.

Cooperativas tradicionais e cooperativas descentralizadas em Santa Catarina

As cooperativas tradicionais estão presentes nas atividades rurais, relacionadas à produção de *commodities* em grande escala, inseridas no mercado internacional; suas atividades são realizadas dentro de uma lógica produtivista. Nestas cooperativas, a gestão do empreendimento se orienta por indicadores de eficiência econômica, otimização dos resultados, entre outros (Eid e Chiariello, 2007).

No Brasil, estas cooperativas foram utilizadas como mecanismo de modernização da agricultura, estratégia de crescimento econômico e, também, como instrumento de mudança social. Muitos autores remetem à dupla face – popular e institucional – deste movimento, colocando em questão o seu caráter de contestação ou de controle social (Rios, 1989).

O cooperativismo rural tradicional brasileiro, para Schneider (1981), tem procurado harmonizar as dimensões econômicas e sociais vinculadas ao processo de desenvolvimento, independentemente das condições estruturais concretas. Segundo Rios (1989), embora a fórmula organizacional cooperativa tenha se generalizado, cada experiência se desenvolve, conforme o regime econômico-político, pelo estágio tecnológico, pela capacidade organizativa e pela ação dos sujeitos. Schneider (1981) destaca que, ao se avaliar cooperativas, é preciso considerar o seu contexto sócio-histórico e que, apesar dos incentivos estatais, o cooperativismo rural tradicional se desenvolveu de modo seletivo em determinadas regiões e setores agropecuários. O sistema cooperativista opera dentro de um marco de mudanças “permitidas” que, do ponto de vista estrutu-

ral, são necessariamente marginais. Por isso, “continua utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam este processo” (Schneider, 1981, p. 31).

O surgimento do movimento cooperativista no Brasil, segundo Rios (1989), foi uma adaptação mecânica de normas adotadas do cooperativismo inglês de Rochdale. E tem uma dupla e contraditória face: tanto foi um instrumento de organização econômica da agricultura capitalizada quanto foi utilizado para a promoção socioeconômica de agricultores familiares ao tentar solucionar os seus problemas de comercialização. É essa dupla diferenciação que faz do cooperativismo tanto uma ideologia conservadora quanto transformadora das relações sociais, pois pode ser condicionado pelos interesses das classes dominantes como pode favorecer os interesses das classes dominadas. Enfim, o cooperativismo pode ser usado tanto para favorecer grandes produtores agro-exportadores quanto ser uma saída à descapitalização de agricultores/as familiares.

Entretanto, é neste contexto que surgem as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Elas foram criadas para ser uma alternativa ao modelo centralizado e patrimonial de cooperativa. Diferentemente das cooperativas rurais tradicionais, as descentralizadas têm a função de atender as necessidades dos/as agricultores/as familiares descapitalizados. Uma de suas funções primordiais é dar cobertura jurídica e legalidade às unidades descentralizadas de produção, realizadas através de contrato de comodato entre a cooperativa e o/a associado/a comodatário/a. A vantagem deste modelo é a autonomia de decisão de cada cooperado/a, tanto na produção quanto na comercialização e de administrar a sua unidade de produção. Cabe à cooperativa dar cobertura jurídica na parte de compra de insumos e de comercialização, entre outras funções (Estevam *et al.*, 2011).

Desta maneira, as cooperativas descentralizadas catarinenses têm o objetivo de amenizar a questão da informalidade dos/as agricultores/as familiares, através da cooperação e da autonomia de seus/suas cooperados/as. Embora em Santa Catarina as redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se

constituem na mais recente forma de inovação organizativa da agricultura familiar (Estevam e Mior, 2014).

A Cooperativa Nosso Fruto se insere no modelo de cooperativas descentralizadas que respondem ao duplo desafio – manter as vantagens do/a agricultor/a familiar (direito à Previdência Social Rural) e aceder àquelas de uma cooperativa (formalidade, comercialização, geração de renda com distribuição igualitária). Uma inovação contratual – a cessão em comodato da unidade familiar de produção à cooperativa – possibilita a viabilização dessa identidade híbrida (Wilkinson, 2014).

Essa forma de organização cooperativa tem contribuído para a superação de importantes gargalos na comercialização de produtos dos/as agricultores/as familiares para o mercado formal de alimentos, particularmente, aqueles relacionados a legislações fiscais, sanitárias e previdenciárias, além disso, viabilizado escalas mínimas de produção e logística (Mior *et al.*, 2014; Estevam *et al.*, 2011). As cooperativas descentralizadas podem, deste modo, ser vistas como um mecanismo para viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares no mercado.

As cooperativas descentralizadas têm possibilitado que inúmeras atividades que estavam abandonadas devido à monocultura do fumo, na região, e, também, devido às exigências sanitárias e fiscais, fossem reinseridas, como é o caso da produção de pães caseiros (de aipim, milho, batata doce, batata cara, entre outros), bolachas, cucas, biscoitos caseiros, geleias, doces em pasta, conservas de frutas e hortaliças, produtos de origem animal, como derivados de leite (queijos, ricota, manteiga, bebida láctea e outros) e derivados de carnes suínas e de gado (salames, linguiças, carnes defumadas, copa, torresmo, costelinha defumada, entre outros), verduras e frutas em geral, que estão sendo comercializados em feiras e para os Programas Institucionais (Estevam *et al.*, 2012).

Pressupostos da economia solidária e seus aprendizados: estudo dos/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto

Aspectos gerais da Cooperativa Nosso Fruto

A Cooperativa Nosso Fruto localiza-se em Criciúma/SC, município fundado em 1880 por

imigrantes italianos provenientes do Norte da Itália (Vêneto), transformado em município no dia 04 de novembro de 1925. Localizado no sul de Santa Catarina, possui 192.236 habitantes (IBGE, 2010); destes, 2.678 residem no campo e trabalham predominantemente em atividades rurais sob o regime familiar de produção. Outra característica marcante é a diversificação da produção, envolvendo a agricultura e a pecuária. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Criciúma, em 2010, era 0,788 e o município ocupava a 76ª posição no país e o 14º lugar no *ranking* de Santa Catarina (IBGE, 2010).

A economia do município caracterizou-se, durante a maior parte do século XX, pela extração do carvão mineral, que lhe rendeu o título de “capital brasileira do carvão”. Atualmente, a cidade é polo industrial em diversos setores, como: confecção, cerâmico, metal-mecânico, plástico e descartáveis, construção civil, materiais gráficos, entre outros. O município é o centro regional, possuindo a maior economia e a melhor infraestrutura da região sul catarinense (IBGE, 2010).

A Cooperativa Nosso Fruto foi fundada em 09/09/2004, com sede na Rodovia Luiz Rosso, 210, Bairro São Luis, Criciúma/SC. A área de atuação, para efeito de admissão de associados/as, se concentra no município de Criciúma e região sul catarinense. Além de agricultores/as familiares, participaram da assembleia geral de fundação representantes da Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Criciúma, Secretarias Municipais do Meio Ambiente e Agricultura de Criciúma, ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), entre outros (Estatuto, 2004).

Os objetivos da cooperativa Nosso Fruto são desenvolver atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento da produção de produtos agrícolas, beneficiados e agroindustrializados de seus/suas associados/as; garantir a distribuição equitativa tanto de seus custos e encargos quanto de seus excedentes; promover o desenvolvimento educacional, técnico-profissional, social e econômico para o aprimoramento humano dos/as cooperados/as. Além disto, os/as fundadores/as acreditam na capacidade das pessoas alcançarem seus objetivos pela cooperação e o desenvolvimento sustentável (Estatuto, 2004).

Na ocasião da pesquisa, a Cooperativa Nosso Fruto era composta por 81 associados/as, sendo 40,70% (33) do sexo feminino e 59,30% (48) do masculino. Em relação aos/as 20 entrevistados/as 35% (07) eram mulheres e

65% (13) homens. A idade média dos/as entrevistados/as era de 43 anos para as mulheres e 52 anos para os homens. Em relação ao tempo de filiação 07 eram sócios-fundadores/as, ou seja, estão na cooperativa há dez anos, 06 são associados/as há oito anos, 04 há nove anos, 02 há cinco anos e 01 há quatro anos. Referente à quantidade de participantes no processo de produção nas propriedades, constatou-se um total de 40 pessoas envolvidas diretamente; contudo, este número aumenta em períodos de plantio e colheita.

As atividades desenvolvidas nas propriedades são diversificadas; na pesquisa se verificou que são produzidos e comercializados 48 produtos diferenciados, tais como: frutas, legumes, hortaliças, farinha de milho e de mandioca, massas, biscoitos, entre outros. Verificou-se que todos/as entrevistados/as produzem e comercializam mais de uma variedade de produto.

A diversidade de atividades na agricultura familiar, segundo Wanderley (2009), é uma estratégia que não se destina, apenas, a ampliar o leque de produtos comercializados, mas também a garantir o autoconsumo e a autonomia familiar. Pois as dificuldades para sobreviver num mercado altamente competitivo são enormes, destacando-se entre elas os principais entraves: pequenas propriedades, custos elevados de produção, informalidade dos empreendimentos, o acesso às políticas governamentais, acesso à tecnologia, relações assimétricas com as agroindústrias e supermercados, entre outras. Em razão das influências exercidas por estes fatores é que o/a agricultor/a precisa buscar alternativas para agir num ambiente de incertezas, que exige flexibilidade, cooperação e criatividade. Nesse sentido, Singer (2003) coloca que as razões que levam um grupo de produtores rurais a se unirem em associações ou cooperativas estão relacionadas ao fato de que a cooperação e a organização são indispensáveis para a sobrevivência.

A cooperativa Nosso Fruto se caracteriza por ser descentralizada e busca praticar os pressupostos da economia solidária, tendo clareza da dificuldade dessa construção diária da autogestão. Possuindo estas características, procurou-se saber se os/as associados/as percebem nesta forma de cooperativa a prática de tais princípios. As respostas obtidas demonstraram que alguns/mas dos/as cooperados/as, num primeiro momento, se associaram à cooperativa pela necessidade de formalizar a produção e comercialização. No entanto, com

o passar do tempo, os princípios da economia solidária foram sendo incorporados pelos/as cooperados/as, tais como: o trabalho em grupo, a autogestão da cooperativa, distribuição equitativa das sobras, a cooperação entre os/as sócios/as e a autonomia.

A comercialização da produção ocorre, principalmente, nas feiras municipais, em que os/as entrevistados/as participam semanalmente, na propriedade e em supermercados locais. A venda de “porta em porta”, também, é um canal importante de comercialização e bastante utilizado pelos/as agricultores/as, sendo que para 08 entrevistados é um dos principais meios de comercialização. Outro mercado importante são os Programas Institucionais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), acessados por 12 entrevistados/as.

Em relação às feiras, um importante espaço de venda para os/as cooperados/as, o estudo realizado por Estevam *et al.* (2014) aponta a sua importância para a comercialização da produção das cooperativas descentralizadas, bem como o seu (res)surgimento na última década na região. A comercialização da produção em feiras é vista pelos/as entrevistados/as como uma alternativa, ao possibilitar o contato direto dos/as produtores/as com os/as consumidores/as. Este contato permite conhecer preferências, criar vínculos de amizade e respeito que vão muito além do ato de vender alimentos e/ou artesanatos. Ou seja, as feiras possibilitam a criação de laços de confiança, amizade, reciprocidade e solidariedade.

Nesse sentido, buscou-se levantar as dificuldades enfrentadas pelos/as entrevistados/as, para iniciar a diversificação de atividades nas propriedades. Os pontos ressaltados foram relacionados à comodidade da monocultura do fumo (a maioria dos/as pesquisados/as são ex-fumicultores); as empresas fumageiras controlam todo o ciclo produtivo, desde o fornecimento de insumos até a compra final da produção, além de fornecer assistência técnica. Esse processo gera dependência, entendida por Demo (1998) como a fragilização ou ruptura de vínculos sociais, e pode desencadear outros cortes, como déficits de integração e vulnerabilidade a problemas diversos, como perda do trabalho, proteção social, entre outros.

Entretanto, para Piccolotto (2008), as ações de movimentos de economia solidária têm propiciado a organização de trabalhadores/as em estabelecimentos associativos, a criação de

postos de trabalho e a geração de renda. Estas transformações, principalmente o cultivo de relações cooperativas e de solidariedade, produzem o fortalecimento das possibilidades de empreendimentos cooperativos e autogestionados terem sucesso; o desenvolvimento de habilidades sociais para o trabalho associado; consciência acerca do trabalho e da posse coletiva como uma possibilidade; e processos de construção de cidadania.

Em meio à grande diversidade e complexidade das formas de associativismo vivenciadas pelos diversos setores sociais e econômicos, os diferentes grupos sociais constroem e vivenciam suas próprias formas combinatórias, como são os exemplos das cooperativas descentralizadas. Os processos de participação e de organização são processos permanentes e simultâneos de conquistas pessoais, grupais ou de toda a coletividade. Nesse movimento pessoal e social, a adaptabilidade, diversidade, equidade e incerteza são companheiras de jornada (Carvalho, 1994).

Como se pôde perceber, em termos gerais houve melhoria das condições de vida das famílias. Para saber se houve variação na renda familiar, foi sugerido que se comparasse o antes e o depois de se associar à Cooperativa Nosso Fruto. Todas as respostas foram positivas; os/as entrevistados/as asseguraram que houve aumento na renda depois de se associarem à cooperativa. O ponto mais destacado foi a valorização e a visibilidade dos produtos com a utilização da marca “Nosso Fruto”. Os/as entrevistados/as destacaram os seguintes aspectos: “nunca tinham visto tanto dinheiro como agora” (E1). O E10 afirmou que “O dinheiro entra quase todos os dias, não ficamos sem dinheiro, as vendas garantidas dos projetos do governo nos permitem planejarmos o futuro, isso ajudou muito o pequeno produtor rural”.

Neste caso, pode-se afirmar que os/as associados/as conseguiram se capitalizar e desenvolver mecanismos de subsistência por meio da cooperação, além de melhorar o relacionamento entre os/as mesmos/as e a comunidade local, ao mesmo passo em que isso facilita o processo produtivo e de comercialização (Fonseca, 1998). Após formarem um grupo associativo, segundo Miranda (1998), os/as sócios/as passam a se relacionar melhor entre si e com o mercado, obtendo maior poder de barganha, como tem ocorrido com os/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto.

Sobre o significado da Cooperativa Nosso Fruto para os/as cooperados/as, as respostas

obtidas foram as seguintes: para cinco dos/as entrevistados/as, ela “significa um progresso, uma forma de sair da mesmice”, outros/as dez definiram como sendo “um jeito novo de se trabalhar em conjunto” e para os demais (cinco) “uma escora”, “um esteio”, “uma garantia para o pequeno produtor rural”.

Cooperativas descentralizadas e economia solidária, na perspectiva dos/as cooperados/as da Cooperativa Nosso Fruto

Em relação à compreensão dos/as cooperados/as sobre os pressupostos da economia solidária, verificou-se que alguns/mas não tinham conhecimento, outros/as tinham tido contato em feiras e eventos, mas não conseguiam definir com clareza. A seguir se apresentam algumas das respostas obtidas nesse tópico: “A economia solidária é uma forma de um grupo de pessoas trabalharem juntas, os produtos são comercializados em conjunto” (E1). “Na economia solidária as pessoas praticam um preço justo nos seus produtos” (E2). “A economia solidária é uma venda de produtos diretamente entre pessoas. Uma economia em defesa do meio ambiente e do próximo” (E15).

Por se tratar de agricultores/as familiares, que se organizaram inicialmente para sair da informalidade e comercializarem a produção através da cooperativa, pode-se afirmar que as respostas denotam que os pressupostos da economia solidária aos poucos vão sendo incorporados pelos/as cooperados/as. Como já foi referido, muitos/as dos/as cooperados/as eram produtores de fumo que passaram por dificuldades financeiras e de saúde, vindo na Cooperativa Nosso Fruto uma saída para permanecer na atividade rural.

Neste sentido, as cooperativas descentralizadas são uma forma de promover o desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais, com capacidade de melhoria da qualidade de vida. Desta forma, a Cooperativa Nosso Fruto, segundo os/as associados/as, é mais do que um meio para gerar emprego e renda, é uma maneira de promover o desenvolvimento social e econômico das famílias do meio rural, através da ajuda mútua, cooperação e solidariedade entre cooperados/as.

Para os/as sócios/as da Cooperativa Nosso Fruto que responderam os questionários, os princípios da economia solidária mais citados e que são praticados cotidianamente foram os seguintes: autogestão, democracia, solidariedade, preocupação com a comunidade e ajuda

mútua. Ainda dentro deste contexto foi perguntado se têm participado de cursos sobre cooperativismo e economia solidária, e todos/as os/as respondentes afirmaram ter participado de cursos realizados por meio da Epagri, Cooperativa Nosso Fruto e Sebrae/SC.

A participação dos/as cooperados/as têm se concretizado numa prática efetiva em reuniões e assembleias realizadas pela Cooperativa Nosso Fruto. Todos os/as entrevistados/as afirmaram que participam de todas as reuniões, encontros e assembleias realizados pela cooperativa. Essa participação dos/as cooperados/as é importante porque está relacionada aos princípios do cooperativismo e da economia solidária, pois, se não houver participação ativa de associados/as nas atividades, a mesma perde seu caráter solidário, autogestionário e democrático. Segundo Singer (2002), o perigo da degeneração da autogestão é a pouca participação dos/as sócio/as nas discussões e decisões, mas, quando ela existe, torna a pessoa que participa mais realizada, autoconfiante e segura.

Entretanto, em relação à autogestão, como princípio e prática da economia solidária segundo Lima (2015), os EES se constituem como elemento híbrido, que combina características e objetivos dos movimentos sociais e políticos às de empreendimentos econômicos que têm como objetivo gerar trabalho e renda. Neste sentido, necessita de instrumentos e práticas de gestão coerentes com as características e com os pressupostos da economia solidária, o que é sempre um desafio para os grupos. Ao mesmo tempo, os EES estão submetidos às regras do mercado vigente e, para sobreviverem, precisam se adaptar às regras do mercado. Neste sentido, a Cooperativa Nosso Fruto mostrou-se coerente a este duplo desafio de seguir os pressupostos da economia solidária e manter-se no mercado em constante transformação.

Conclusão

Conforme os pressupostos da economia solidária, a cooperativa não deve ser, apenas, um meio de geração de trabalho e renda, mas também uma forma de promover o desenvolvimento social e econômico dos/as associados/as e da comunidade em que está inserida, em que a renda gerada no processo deve ser distribuída de forma equitativa.

Os resultados da pesquisa apontam que os pressupostos da economia solidária ainda

não são bem conhecidos e claros para todos/as cooperados/as. Alguns/algumas desconhecem os pressupostos, e, ainda, constatou-se a eventual falta de credibilidade do cooperativismo tradicional, pois muitos/as agricultores/as foram iludidos/as no passado por algumas cooperativas convencionais, que não eram autogestionárias e não tinham coerência ao cooperativismo histórico. Isso dificulta, às vezes, as discussões sobre o cooperativismo que tem como princípio a economia solidária.

Como foi observado no decorrer das análises das informações, muitos/as dos/as associados/as não se inseriram na cooperativa pelos princípios da economia solidária, mas pela necessidade de sair da informalidade, produzir e comercializar seus produtos livremente. Com a formalização, os/as cooperados/as tiveram a oportunidade de comercializar seus produtos em mercados, feiras e Programas Institucionais, e com isso houve a possibilidade de obter melhoria na renda, bem como fortalecer a cultura local, ter melhor qualidade de vida sem deixar a condição de agricultores/as e ofertar produtos mais saudáveis aos consumidores.

Em síntese, pode-se perceber que os/as cooperados/as, mesmo sem conhecer formalmente os pressupostos da economia solidária, os incorporaram através da experiência vivida. A junção desses princípios, de certo modo, constitui uma forma de pensamento e argumentação sobre a experiência de autogestão, que visa à consolidação do modelo de cooperativismo autogestionário da economia solidária.

Referências

- ARROYO, J.C.T.; SCHUCH, F.C. 2006. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 112 p.
- BRASIL. 2012. Avanços e desafios para as políticas públicas no governo federal 2003/2010. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%20C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%20C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf. Acesso em: 21/11/2015.
- CARVALHO, H.M. 1994. *A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania*. Brasília, SEPLAN-PR, p. 1-25.
- DEMO, P. 1998. *O charme da exclusão social*. Campinas, Autores Associados, 126 p. (Polêmicas do nosso tempo, 61).
- EID, F.; CHIARIELLO, C.L. 2007. A economia solidária diante do debate entre os pensamentos liberal e marxista contemporâneo sobre a organização do trabalho nas cooperativas. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Salvador, 2007. *Anais...* 1:1-10.
- ESTATUTO. 2004. *Estatuto social da cooperativa Nosso Fruto*. Criciúma, mimeo, 10 p.
- ESTEVAM, D.O.; MARCOLINO, J.; LANZARINI, J.J.S.; MADEIRA, K. 2011. Cooperativismo virtual: o caso da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVA), em Santa Catarina. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 28(2):485-507.
- ESTEVAM, D.O.; SALVARO, G.I.J.; LANZARINI, J.J.S.; BUSARELLO, R.J. 2012. Cooperativas rurais não patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região sul do estado de Santa Catarina. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 5(2):1-18. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5520/4488>. Acesso em: 21/11/2015.
- ESTEVAM, D.O.; MIOR, L.C. 2014. *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, 296 p.
- ESTEVAM, D.O.; SALVARO, G.I.J.; LANZARINI, J.J.S. 2014. Feiras livres e mercados de proximidades. In: D.O. ESTEVAM; L.C. MIOR, *Inovações na Agricultura Familiar: as Cooperativas Descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, p. 161-188.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2015. Carta de princípios da economia solidária. Brasília, DF, p. 1-4. Disponível em: http://www.fb.es.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63. Acesso em: 01/01/2015.
- FONSECA, Z.L. 1998. *Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias*. Viçosa, UFV, p. 57-141.
- GAIGER, L.I. 2004. As emancipações no presente e no futuro. In: L.I. GAIGER, (org.), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 371-402.
- GAIGER, L.I. 2008. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*, 11(1):11-19. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4755/4035>. Acesso em: 05/03/2015.
- IBGE. 2010. Censo demográfico. cidade@ Criciúma. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420460&search=santa-catarina|criciuma>. Acesso em: 21/02/2015.
- LAVILLE, J.L. 2009. Solidariedade. In: A. CATTANI et al. (eds.), *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra, Edições Almedina, p. 310-314.
- LIMA, M.G. 2015. Autogestão e “gestão de pessoas”: desafios e possibilidades para desenvolvimento de um sistema a partir dos princípios da economia solidária. In: M.C. COUTINHO; O. FURTADO; T.R. RAITZ (orgs.), *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas*. Florianópolis, ABRAPSO, Edições do Bosque, CFH/UFSC, p. 194-214. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/12345>

- itorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129787/Book%20Psicologia%20Social%20e%20Trabalho%20pdfA.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em: 21/11/2015.
- LISBOA, A.M. 2005. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, **45**(3):109-115. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000300009.pdf. Acesso em: 10/03/2015.
- MAGRO, M.L.; COUTINHO, M.C. 2008. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". *Psicologia em Estudo*, **13**(4):703-711. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a08>. Acesso em: 21/03/2015.
- MIOR, L.C.; FERRARI, D.J.; MARCONDES, T.; REITER, J.M.W.; ARAUJO, L.A. 2014. *Inovações organizacionais da agricultura familiar: as agroindústrias e cooperativas descentralizadas no sul catarinense*. Goiânia, 51ª SOBER, 15 p.
- MIRANDA, D. 1998. *Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares*. Lavras, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras, 202 p.
- MOTTA, F.C.P. et al. 1987. *Participação e participações: Ensaios sobre autogestão*. São Paulo, Babel Cultural, p. 71-91.
- NICOLLETTI, M.X. 2011. *Economia solidária e identidade: autogestão no trabalho como experiência emancipatória*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 120 p.
- PICOLOTTO, E.L. 2008. Novos movimentos sociais e econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía*, **2**(3):74-92. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/1132/297>. Acesso em: 01/03/2014.
- RIOS, G.S.L. 1989. *O que é cooperativismo*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 69 p.
- SINGER, P.I. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P.I.; SOUZA, A.R. (orgs.). 2003. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 360 p.
- SCHNEIDER, J.E. 1981. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: M.R. LOUREIRO (Ed.), *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, p. 11-40.
- SCOPINHO, R.A. 2007. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, **19**(1):84-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>. Acesso em: 13/02/2015.
- SOUZA, A.R.; SANCHEZ, F.J.B. 2015. Um decenal balanço empírico e político da economia solidária. *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, p. 690-704. Disponível em: http://www.omeuevento.pt/Ficheiros/Livros_de_Actas_CONLAB_2015.pdf. Acesso em: 21/11/2015.
- WANDERLEY, M.N.B. 2009. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: M.N.B. WANDERLEY, *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 155-183.
- WILKINSON, J. 2014. Prefácio. In: D.O. ESTEVAM; L.C. MIOR, *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, p. 9-12.

Submetido: 10/05/2015

Aceito: 08/09/2015